


<div><div>TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA</div></div>		Matriz de Achados	Processo: 14689/2019					
Objeto do Trabalho: Adesão a Atas de Registro de Preços (Fiscalização n.º 1.0006.19)								
Objetivo Geral: Verificar a regularidade das adesões a atas de registro de preços realizadas pela Secretaria de Estado de Saúde do DF, em cumprimento à Decisão n.º 2075/2019.								
QA 1: Os processos de adesão a atas de registro de preços foram realizados em conformidade com a legislação?								
Ref	Achados de Auditoria	Critérios	Análises e Evidências	Causas	Efeitos	Proposições	Benefícios Esperados	Item
1.1	Insuficiente motivação em Projetos Básicos/Termos de Referência (PB's/TR's), de modo a justificar o objeto da adesão.	1 . 1 . 1 - Justificativa da necessidade da contratação e especificação do objeto, em termos qualitativos e quantitativos (incisos I e II do § 7º do art. 15 da Lei nº 8.666/93; § 1º do art. 15 da Portaria SES nº 210/2017; Decisões TCDF nºs 735/2018, 2516/17, 4657/17, 3410/13 e 5697/11) 1 . 2 . 1 - Adequação da demanda às especificações do edital que gerou a ata (inciso V do art. 4º do Decreto nº 33.662/12; inciso III do art. 27 do Decreto nº 34.509/13; inciso III do art. 29 do Decreto nº 36.519/2015; inciso IV do art. 3º da Portaria SEPLAG nº 265/2018; Item 'a' dos requisitos exigidos no Parecer Normativo nº 1191/2009 - PROCAD/PGDF; Item '4' dos requisitos exigidos no Parecer Normativo nº 878/2013 - PROCAD/PGDF; Item '4' dos requisitos exigidos no Parecer Normativo nº 622/2015 - PRCON/PGDF)	A.1 - Inadequação da demanda às atas disponíveis para adesão em diversas contratações. Os documentos iniciais de oficialização das demandas, bem como os Termos de Referência e/ou Projetos Básicos já se inicia com a indicação da ata proposta para adesão, perpassando as etapas de demonstração da demanda e da sua adequação à ata aderida. (DA_20 )	C.1 - Não se pode afirmar de forma efetiva os motivos que levaram às falhas ora verificadas, mas, assim como na fiscalização procedida no Processo nº 35.025/2015, imputam-se como possíveis causas: falhas no planejamento das compras e nas instâncias de controle da SES/DF e/ou direcionamento das aquisições. ( A.1 )	E. 1 - Falta de transparência no procedimento, com indícios de direcionamento. Dito de outra forma, indícios de descumprimento dos princípios da igualdade e da impessoalidade. ( A.1 )	<ul style="list-style-type: none"><li>• Autorizar a 00534560000126 - TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL que:<ul style="list-style-type: none"><li>◦ o achado seja relevado, tendo em vista que:<ul style="list-style-type: none"><li>• todos os casos em que se verificaram tais falhas se referem a situações ocorridas entre 2012 a 2014, em aparente situação de prescrição para o estabelecimento de multas pecuniárias ;</li><li>• as ações de ressarcimento ao Erário, decorrentes de atos dolosos tipificados na Lei de Improbidade Administrativa, são imprescritíveis. No entanto, esses casos serão abordados em outro tópico (Achado 4), dado os indícios de direcionamento, cujo ato doloso estaria configurado no inciso V do art. 11 da Lei nº 14.230/2021;</li><li>• processos recentes demonstraram que a SES/DF não voltou a incorrer em tais falhas; e</li><li>• além das proposições constantes do Processo nº 35.025/2015, foram identificadas inovações normativas que visaram mitigar essas irregularidades, como o Manual de Contratações da Secretaria de Saúde . ( C.1; E.1; )</li></ul></li></ul></li></ul>	1. Os benefícios já foram obtidos a partir de recorrentes decisões exaradas por esta Corte de Contas e das inovações normativas adotadas pela SES/DF.	1.1 1.2

1.2	Descumprimento de dispositivos formais consolidados em instruções normativas da Procuradoria Geral do Distrito Federal (PGDF).	<p>1 . 2 . 6 - Comprovação de realização de pesquisa de preço (inciso VI do art. 4º do Decreto nº 33.662/12; inciso IV do art. 27 do Decreto nº 34.509/13; inciso IV do art. 29 do Decreto nº 36.519/2015; inciso II do art. 3º da Portaria SEPLAG nº 265/2018; Item 'e' dos requisitos exigidos no Parecer Normativo nº 1191/2009 - PROCAD/PGDF; Item '5' dos requisitos exigidos no Parecer Normativo nº 878/2013; PROCAD/PGDF; Item '5' dos requisitos exigidos no Parecer Normativo nº 622/2015 - PRCON/PGDF)</p> <p>1 . 2 . 9 - Comprovação da vigência da ata de registro de preços (inciso III do art. 4º do Decreto nº 33.662/12; inciso II do art. 27 do Decreto nº 34.509/13; inciso II do art. 29 do Decreto nº 36.519/2015; inciso VI do art. 3º da Portaria SEPLAG nº 265/2018; Item 'g' dos requisitos exigidos no Parecer Normativo nº 1191/2009 - PROCAD/PGDF; Item '3' dos requisitos exigidos no Parecer Normativo nº 878/2013 - PROCAD/PGDF; Item '2' dos requisitos exigidos no Parecer Normativo nº 622/2015 - PRCON/PGDF)</p> <p>1 . 2 . 13 - Documento que comprove os poderes do representante do fornecedor (inciso XVI do art. 4º do Decreto nº 33.662/12; inciso XII do art. 27 do Decreto nº 34.509/13; inciso XII do art. 29 do Decreto nº 36.519/2015; inciso XVI do art. 3º da Portaria SEPLAG nº 265/2018; Item 'k' dos requisitos exigidos no Parecer Normativo nº 1191/2009 - PROCAD/PGDF; Item '13' dos requisitos exigidos no Parecer Normativo nº 622/2015 - PRCON/PGDF)</p>	A.1 - A despeito de ter sido evidenciado o descumprimento de dispositivos formais consolidados em instruções normativas emanadas da PGDF, entendem-se dispensáveis possíveis responsabilizações, haja vista o elevado transcurso de tempo, o que pode reduzir o efeito pedagógico desejado, bem como pela ausência de indícios de prejuízo. (DA_19 ; DA_PT_22 ; DA_PT_23 )	C.1 - O célere trâmite dos procedimentos administrativos e/ou o possível direcionamento das aquisições podem ter favorecido para os pontos aqui observados. ( A.1 )	E . 1 - Tramitação irregular dos processos administrativos de adesão a atas de registro de preços. ( A.1 )	<ul style="list-style-type: none"> <li>Autorizar a 00534560000126 - TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL que: <ul style="list-style-type: none"> <li>o achado seja relevado, tendo em vista que as falhas se referem a situações ocorridas há mais de cinco anos, prazo limite para o estabelecimento de possíveis multas pecuniárias, não há proposições a serem encaminhadas. ( C.1; E.1; )</li> </ul> </li> </ul>	1. Em virtude de não haver proposições, não há Benefícios Esperados. As vantagens que se esperariam já foram concretizadas a partir de reiteradas deliberações desta Corte de Contas e de adoção de medidas pela SES/DF, entre elas as inovações normativas, trazidas pelo Manual de Contratações da Pasta, estabelecido pela Portaria SES/DF nº 210/2017.	1.2
1.3	Falhas na elaboração do preço estimativo de objetos de adesão.	1 . 3 . 1 - Adequação do orçamento aos preços praticados no mercado, priorizando os preços praticados pela Administração Pública. (Lei nº 8.666/1993, art. 43, IV; incisos II e III do art. 3º da Portaria SEPLAG nº 265/2018; Portaria SES nº 210/17, arts. 23 e 26 c/c o art. 53; Item 'e' dos requisitos exigidos no Parecer Normativo nº 1191/2009 - PROCAD/PGDF; Item '5' dos requisitos exigidos no Parecer Normativo nº 878/2013; PROCAD/PGDF; Item '5' dos requisitos exigidos no Parecer Normativo nº 622/2015 - PRCON/PGDF; Decisão TCDF no 856/15)	A.1 - A elaboração dos preços estimativos das adesões registradas nos processos autuados entre 2012 e 2014 se utilizaram exclusivamente de cotações fornecidas por empresas privadas, sem levar em consideração outros preços públicos. (DA_21 ; DA_24 )	C.1 - A necessidade de dar celeridade à tramitação de processos, sob pena de acabar a vigência das atas a serem aderidas; desconhecimento das deliberações do Tribunal; insuficiente regulamentação na área de pesquisa de preços, em período anterior a 2014; e/ou direcionamento das contratações para as atas objetos de adesão. ( A.1 )	E . 1 - Descumprimento de deliberações do Tribunal; orçamentos estimativos distanciados dos preços públicos; e adesões desvantajosas para o Erário.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Alertar à SES - Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que: <ul style="list-style-type: none"> <li>não desconsidere a possibilidade de aderir a atas que possuam quantitativos registrados insuficientes para atender a demanda, sem que fique justificada a inviabilidade técnica e/ou econômica de serem realizadas adesões complementares. ( C.1; E.1; )</li> </ul> </li> </ul>	1. Dar conhecimento à Representante e à SES/DF, das apurações realizadas na presente auditoria, no intuito de cooperar para a mitigação de falhas em futuros procedimentos de adesão a atas de registro de preços.	1.3

1.4	Adesões consideradas desvantajosas para o Erário.	1 . 3 . 1 - Adequação do orçamento aos preços praticados no mercado, priorizando os preços praticados pela Administração Pública. (Lei nº 8.666/1993, art. 43, IV; incisos II e III do art. 3º da Portaria SEPLAG nº 265/2018; Portaria SES nº 210/17, arts. 23 e 26 c/c o art. 53; Item 'e' dos requisitos exigidos no Parecer Normativo nº 1191/2009 - PROCAD/PGDF; Item '5' dos requisitos exigidos no Parecer Normativo nº 878/2013; PROCAD/PGDF; Item '5' dos requisitos exigidos no Parecer Normativo nº 622/2015 - PRCON/PGDF; Decisão TCDF no 856/15)	A.1 - Foi realizada pesquisa a fim de obter preços públicos para os itens aderidos em diversas contratações, com o objetivo de aferir a razoabilidade dos orçamentos estimativos. Identificaram-se outras ARP passíveis de adesão em condições mais vantajosas para o Erário. (DA_PT_22 ; DA_PT_23 ; DA_24 ; DA_26 )	C.1 - A necessidade de dar celeridade à tramitação do processo, sob pena de acabar a vigência das atas a serem aderidas; desconhecimento das deliberações do Tribunal; insuficiente regulamentação na área de pesquisa de preços, em período anterior a 2014; e/ou direcionamento das contratações para as atas objetos de adesão. ( A.1 )	E . 1 - Descumprimento de deliberações do Tribunal; orçamentos estimativos distanciados dos preços públicos; e adesões desvantajosas para o Erário.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Determinar à SES - Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que:<ul style="list-style-type: none"><li>◦ instaure Tomada de Contas Especial, com fundamento no art. 9º da Lei Complementar nº 01/1994, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano relacionado ao presente Achado ( C.1; E.1; )</li></ul></li><li>• Autorizar a 00534560000126 - TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL que:<ul style="list-style-type: none"><li>◦ seja encaminhado ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, a título de cooperação institucional, cópia do Relatório Final de Auditoria e das decisões decorrentes ( C.1; E.1; A.1; )</li></ul></li></ul>	1. Reparar o possível prejuízo absorvido pelo Erário, causado pelas adesões consideradas desvantajosas.	1.3
		1.2.2 - Restrição a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na ARP, por órgão ou entidade ((inciso II do art. 4º do Decreto nº 33.662/12; inciso I do art. 27 do Decreto nº 34.509/13; inciso I do art. 29 do Decreto nº 36.519/2015; inciso VII do art. 3º da Portaria SEPLAG nº 265/2018; Item '2' dos requisitos exigidos no Parecer Normativo nº 878/2013 - PROCAD/PGDF; Item '1' dos requisitos exigidos no Parecer Normativo nº 622/2015 - PRCON/PGDF) 1.2.3 - Manifestação de interesse da autoridade competente em aderir à ARP, dirigida ao órgão gerenciador e ao fornecedor adjudicante (inciso XIII do art. 4º do Decreto nº 33.662/12; inciso IX do art. 27 do Decreto nº 34.509/13; inciso IX do art. 29 do Decreto nº 36.519/2015; inciso VIII do art. 3º da Portaria SEPLAG nº 265/2018; Item '10' dos requisitos exigidos no Parecer Normativo nº 878/2013 - PROCAD/PGDF; Item '10' dos requisitos exigidos no Parecer Normativo nº 622/2015 - PRCON/PGDF) 1.2.4 - Anuência do órgão gerenciador da ARP (inciso XIV do art. 4º do Decreto nº 33.662/12; inciso X do art. 27 do Decreto nº 34.509/13; inciso X do art. 29 do Decreto nº 36.519/2015; inciso IX do art. 3º da Portaria SEPLAG nº 265/2018; Item 'c' dos requisitos exigidos no Parecer Normativo nº 1191/2009 - PROCAD/PGDF; Item '11' dos requisitos exigidos no Parecer Normativo nº 878/2013 - PROCAD/PGDF; Item '11' dos requisitos exigidos no Parecer Normativo nº 622/2015 - PRCON/PGDF) 1.2.5 - Assentimento do fornecedor e cópia da proposta formal, contendo as especificações, as condições e os prazos para o fornecimento dos bens ou serviços, em conformidade com o edital e a ARP (inciso XV do art. 4º do Decreto nº 33.662/12; inciso XI do art. 27 do Decreto nº 34.509/13;						



		<p>requisitos exigidos no Parecer Normativo nº 1191/2009 - PROCAD/PGDF; Item '9' dos requisitos exigidos no Parecer Normativo nº 878/2013 - PROCAD/PGDF; Item '9' dos requisitos exigidos no Parecer Normativo nº 622/2015 - PRCON/PGDF)</p> <p>1 . 2 . 1 2 - Prova da regularidade jurídica, fiscal e econômico financeira do fornecedor (inciso XVII do art. 4º do Decreto nº 33.662/12; inciso XIII do art. 27 do Decreto nº 34.509/13; inciso XIII do art. 29 do Decreto nº 36.519/2015; inciso XV do art. 3º da Portaria SEPLAG nº 265/2018; Item 'j' dos requisitos exigidos no Parecer Normativo nº 1191/2009 - PROCAD/PGDF; Item '14' dos requisitos exigidos no Parecer Normativo nº 878/2013 - PROCAD/PGDF; Item '14' dos requisitos exigidos no Parecer Normativo nº 622/2015 - PRCON/PGDF)</p> <p>1 . 2 . 1 4 - Observância dos prazos máximos para contratação, contados da data da adesão, ou seja, 90 dias para atas federais [art. 22, §6º do Decreto Federal nº 7.892/2013] e 60 dias para atas distritais [art. 23, §6º do Decreto Distrital nº 34.509/2013], respeitada a vigência da ata de registro de preços (Item '15' dos requisitos exigidos no Parecer Normativo nº 878/2013 - PROCAD/PGDF; Item '3' dos requisitos exigidos no Parecer Normativo nº 622/2015 - PRCON/PGDF)</p> <p>1 . 2 . 1 5 - Manifestação da Unidade de Controle Interno quanto à observância dos requisitos dispostos no art. 3º da Portaria SEPLAG nº 265/201 (inciso XVII do art. 3º da Portaria SEPLAG nº 265/2018)</p> <p>1 . 2 . 1 6 - Manifestação conclusiva da assessoria jurídica ou unidade similar do órgão ou entidade que pretender a contratação (inciso XVIII do art. 4º do Decreto nº 33.662/12; inciso XIV do art. 27 do Decreto nº 34.509/13; inciso XIV do art. 29 do Decreto nº 36.519/2015; inciso XVIII do art. 3º da Portaria SEPLAG nº 265/2018; Item 'l' dos requisitos exigidos no Parecer Normativo nº 1191/2009 - PROCAD/PGDF; Item '16' dos requisitos exigidos no Parecer Normativo nº 878/2013 - PROCAD/PGDF; Item '15' dos requisitos exigidos no Parecer Normativo nº 622/2015 - PRCON/PGDF)</p> <p>1 . 2 . 1 7 - Emissão de nota de empenho e celebração de contrato (quando exigível) dentro da validade da ARP (§ 4º do art. 13 do Decreto 34.509/2013; § 5º do art. 15 do Decreto 36.519/2015)</p>							
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



QA 2: Os fornecimentos seguiram as regras dos editais, das atas de registro de preços e dos contratos celebrados, observados os requisitos legais?								
Ref	Achados de Auditoria	CrITÉrios	Análises e Evidências	Causas	Efeitos	Proposições	Benefícios Esperados	Item
2.1	Irregularidades no cumprimento das obrigações relativas ao fornecimento e recebimento dos bens adquiridos.	2 . 1 . 1 - Cumprimento dos prazos de entrega e adoção das providências cabíveis pela SES/DF, quando for o caso (Lei 8666/93, art. 67 c/c o § 8º do art. 15; Decreto Distrital nº 32598/10, art. 41, § 5º, c/c o art. 44; Portaria SEPLAG nº 222/10, capítulo IV; IN SES nº 1/11, art. 9º, II; Contrato e ARP em questão) 2 . 1 . 2 - Adequação, quantitativa e qualitativa, na entrega, observada a formação de comissão de recebimento para bens de valor superior a R\$ 80 mil (Lei 8666/93, art. 67 c/c o § 8º do art. 15; Decreto Distrital nº 32598/10, art. 41, § 5º, c/c o art. 44; Portaria SEPLAG nº 222/10, capítulo IV; IN SES nº 1/11, art. 9º, II; Contrato e ARP em questão) 2 . 1 . 3 - Distribuição tempestiva dos bens adquiridos, de forma coerente com a justificativa da demanda da contratação	A.1 - Atraso na entrega de bens sem aplicação de penalidade ao contratado. Quantitativos de bens recebidos no sistema em número distinto do contratado/pago. Intempestividade na distribuição de alguns produtos adquiridos. Devolução de produtos por não terem uso. Irregularidades na designação dos executores/comissão de recebimento. (DA_19 ; DA_20 ; DA_21 ; DA_PT_22 ; DA_25 ; DA_27 )	C . 1 - Dificuldades que os órgãos possuem de manter servidores devidamente capacitados para realizar o papel de executores de contrato; o enorme volume de aquisições realizadas pela SES/DF para dar cabo a suas missões institucionais; a urgência das demandas envolvidas (por envolver vidas); a não elaboração da Cartilha de execução das contratações, conforme prevê o art. 158 da Portaria SES nº 170/2018; e possível descontrole gerencial nas instâncias superiores da SES/DF. ( A.1 )	E . 1 - Prejuízo ao Erário; ineficiência na prestação de serviços para sociedade; descumprimento contratuais; e deficiência no controle da execução dos contratos.	<ul style="list-style-type: none"><li>Alertar à SES - Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que:<ul style="list-style-type: none"><li>• para a necessidade de dar efetivo atendimento ao disposto no art. 158 da Portaria SES nº 170/2018; e</li><li>• que a recorrente avocação do titular da Subsecretaria de Logística em Saúde para atestar o recebimento de aquisições, com fundamento no parágrafo único do art. 21 da Portaria SES nº 170/2018, representa ofensa ao Princípio da Segregação de Funções e não promove a eficiência no acompanhamento contratual. ( C.1; E.1; )</li></ul></li></ul>	1. Regularizar situações dispostas na Portaria SES nº 170/2018; e repor possíveis prejuízos suportados pelo Erário.	2.1

Data de Elaboração: 23/03/2022 14:09:36 / Elaborado por: Ronaldo Mourão Pereira (Coordenador), Flávio Macedo Borges De Freitas / Supervisor: Henrique Eduardo De Oliveira.